

**ATA N.º 9/2021:**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2021:**

No dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e onze minutos, no Auditório Municipal de Pinhal Novo - Freguesia de Pinhal Novo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 102/DAFRH-DAAG/2021 foi, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a reunião descentralizada desta Câmara Municipal a realizar no dia 21 de abril, às 21.00 horas, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, no âmbito da *semana da Freguesia de Pinhal Novo*. A presente reunião realiza-se ao abrigo dos nºs. 2 e 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde e em conformidade com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 19/2021, de 4 de abril. Neste contexto a participação do público fica sujeita a inscrição prévia, mediante a apresentação do assunto.

**SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:**

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

**Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:**

**PONTO 1** – Aceitação de doações - Ratificação

**PONTO 2** – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.  
Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto

**PONTO 3** – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto

**PONTO 4** – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto

**PONTO 5** – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto

**PONTO 6** – Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela

**PONTO 7** – Representação institucional na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela

**PONTO 8** – Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela

**PONTO 9** – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo

**PONTO 10** – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização do Mercado Caramelo 2021

**PONTO 11** – Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo

**PONTO 12** – Contrato de Gestão de Eficiência Energética - Adjudicação

**PONTO 13** – Cedência de árvores à Associação dos Lares Ferroviários em Pinhal Novo

### **APROVAÇÃO DE ATAS**

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 3/2021, da reunião ordinária de 27 de janeiro de 2021.

**A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Luís Miguel Calha, Carlos Vitorino e José Calado, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes nesta reunião.**

— ATA n.º 4/2021, da reunião ordinária de 3 de fevereiro de 2021.

**A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Luís Miguel Calha e Carlos Vitorino, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes nesta reunião.**

**DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

**No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Secção de Licenciamentos:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco, no período compreendido entre 07.04.2021 a 20.04.2021.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

**No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico e do Departamento de Administração Urbanística:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 05.04.2021 a 18.04.2021.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

**No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 05.04.2021 a 18.04.2021.

**CONTABILIDADE:**

**Pagamentos autorizados:**

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 07.04.2021 a 20.04.2021, no valor de 1.416.243,01 € (um milhão, quatrocentos e dezasseis mil, duzentos e quarenta e três euros e um cêntimo). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

## **TESOURARIA:**

### **Balancete:**

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 20.04.2021, apresenta um saldo de 11.803.834,54 € (onze milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.251.518,10 € (dez milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezoito euros e dez cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.552.316,44 € (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dezasseis euros e quarenta e quatro cêntimos).

### **METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS**

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, depois segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

### **SEMANA DA FREGUESIA DE PINHAL NOVO**

O **Sr. Presidente** refere que as semanas dedicadas às freguesias, trata-se de um processo que é desenvolvido há vários anos pela Câmara Municipal de Palmela e tem como objetivo promover o contacto direto com os múltiplos agentes locais, reunir e discutir com o executivo da Junta de Freguesia, empresas e instituições sob situações concretas que são diariamente apresentadas e, são também efetuadas um conjunto de visitas a obras e projetos que estão a ser desenvolvidos no terreno. A semana inicia-se com a preparação, por parte dos serviços técnicos municipais, de um conjunto de informação e ponto de situação de processos, reclamações e questões que estão pendentes, para que o executivo municipal esteja informado do andamento das mesmas. Portanto, na segunda-feira efetuaram-se algumas reuniões no terreno com técnicos municipais sobre temas relacionados com a rede viária e com o espaço público, na sequência de sugestões do munícipes e da Junta de freguesia, nomeadamente a criação de mais algumas pequenas bolsas de estacionamento em arruamentos onde o mesmo é deficitário e nos quais existe espaço que pode ser aproveitado para o efeito, por exemplo, na Rua Dom Sancho I e também foram identificadas zonas que ainda estão por calçar, nomeadamente em alguns arruamentos na zona do Bairro Posser de Andrade que, segundo o alvará de loteamento, à época, competia aos proprietários, à medida que construíssem, fazer o respetivo calçamento, mas, de facto, trata-se de um alvará do final dos anos 80 e por verificar que há situações que devem ser resolvidas, o município entendeu fazer um levantamento da metragem para, no âmbito da empreitada de calçamentos, se poder

completar alguns corredores para que sejam efetivamente acessíveis e confortáveis para quem se desloca a pé. Informa que foram igualmente colocadas um conjunto de situações relacionadas com sinalização horizontal, apesar de ter finalizado uma empreitada do ano passado, há poucas semanas e, já com outra adjudicada, mas tendo em atenção algumas zonas que têm sido reportadas pela junta e pelos munícipes, o município também fez esse levantamento no terreno. No entanto, o município tem sido confrontado com um problema, no que diz respeito a alguma intervenção da GNR na Rua José Régio, no troço entre a Rua Zeca Afonso e a entrada na urbanização da Salgueirinha, sobretudo, na zona de moradias, na qual o estacionamento em ambos os lados, provoca um estreitamento numa via que é de 2 sentidos e, portanto, a GNR tem autuado cidadãos que, obviamente, pediram à autarquia que procurasse uma solução. Refere que sobre esta questão, os serviços municipais têm 3 hipóteses de solução, ou seja, sinalização que implica alterações de sentido ou apenas a permissão de estacionamento num dos lados, com pintura no pavimento, por isso, entendeu-se que não devia decidir apenas com base na opinião dos técnicos e, por isso, o município irá promover, dentro de uma semana, uma reunião com os moradores, para se discutir estas 3 soluções e ver qual delas é a mais consensual e mais eficaz. Aliás, em Palmela, privilegiam vários modelos de participação, desde o "Eu Participo" com os munícipes e nas escolas do 1º ciclo, que nos últimos anos, até o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa lançou um desafio às escolas secundárias, professores e alunos do secundário, para que se envolvessem no projeto "Nós propomos", no qual teve o privilégio de ser chamado a uma turma para ouvir a apresentação de três interessantíssimos projetos elaborados e ainda em desenvolvimento por parte de jovens munícipes, que acolheu com muito interesse, sobre os quais deu algumas sugestões para que possam continuar a trabalhar e aprofundar, porque são efetivamente projetos de intervenção que interessam à vila de Pinhal Novo, nomeadamente o prolongamento do Parque Verde Urbano, na zona do Jardim da Salgueirinha, aliás é um projeto que também está relacionado com a intervenção na área social, entre gerações, com algumas atividades de animação para combater o isolamento dos idosos e outro relativo a um projeto que também, o município já anda a trabalhar há uns anos, um modelo de bicicletas partilhadas e que são disponibilizadas, como já existe em muitas cidades de Portugal e na Europa.

Na terça de manhã, o executivo municipal efetuou uma reunião muito profícua com o executivo da Junta de freguesia, na qual falaram sobre várias empreitadas e intervenções que estão a decorrer e outras que estão a ser lançadas, nomeadamente relativas à conservação da rede viária, na reparação de calçadas e conservação do espaço público, na varredura e higiene urbana. Nesta reunião também discutiram sobre um projeto que está em preparação para a reabilitação do polidesportivo José Maria dos Santos, para o qual já há um projeto intervenção e cujo concurso ainda demorará algumas semanas. Refere que o município apresentou um projeto para a bolsa de estacionamento no final da Rua Orlando Ribeiro, entre o Monte Novo e 3ª fase e a Urbanização Nogueira de Matos, um compromisso de mandato, cujo projeto já está feito e será lançado ainda durante este ano. Em relação à requalificação do espaço de jogo e recreio do Jardim José Maria dos Santos que é, de facto, um espaço de excelência, um dos

mais utilizados no coração da vila, mas é um espaço que é da Junta de Freguesia e que está a necessitar de uma remodelação. Há um projeto muito interessante da Junta de freguesia, mas financeiramente, sozinha, não tem condições para avançar e, optou por apresentar ao município o programa de intervenção e as respetivas previsões do orçamento, porque sendo possível criar sinergias entre o museu da estação, o parque infantil e com a Ludoteca, o município poderá comparticipar, direta ou indiretamente, o custo dessas obras. Refere que também foi debatido a passagem pedonal inferior que deverá ligar a Rua Diogo Cão, Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua do Alentejo, uma promessa antiga da Refer de 2003, que tem sido sucessivamente adiada, consta no Plano de Investimentos da Administração Central, esteve prevista no mandato anterior, depois seria para realizar no âmbito do Portugal 2030 e que estaria pronta em 2022, enfim, o município conhece o projeto, está validado até porque depois vai ser gerido pelo município e, sobre o qual houve uma reunião, na qual o município obteve a informação que o protocolo que a Infraestruturas de Portugal quer ver assinado entre a Câmara e a empresa, tendo em vista a responsabilização pelos equipamentos que vão ficar instalados e limpeza daquele espaço, não chegaria ainda durante este mês. Também foram debatidas questões sobre a limpeza, também relacionadas com as colónias e abrigos para felinos, que mobilizam muitos cidadãos e da recolha de monos e verdes que, felizmente melhorou substancialmente nos últimos 2 meses, a empresa tem sido cumpridora, mas também pelo facto de haver alguma redução da atividade, sobretudo económica, tem contribuído para a redução do volume da recolha, no entanto, sobre a questão da reciclagem e da recolha seletiva, assim que se verificou a reabertura do comércio, começou a assistir-se a um aumento do plástico e do cartão, porém essa recolha é da responsabilidade da Amarsul, que vai ter de trabalhar com maior eficácia, sobretudo na vila de Pinhal Novo, onde, de facto, vive muita gente e, também no restante concelho, porque depois prejudica outras áreas da limpeza. Informa que falaram de um projeto, cuja adjudicação o município pretende lançar, para a elaboração de um plano de mobilidade sustentável para Pinhal Novo, aliás, já existe, mas é preciso ser atualizado e que visa, sobretudo a zona norte da vila, onde alguns arruamentos são empedrados e que visa reabilitar toda aquela zona, não apenas em relação ao pavimento, como também a melhoria na acessibilidade, mais oferta de estacionamento e melhoria das zonas pedonais em zonas de acesso ao comércio e fruição do espaço público. Trata-se de um investimento de quase 1 milhão de euros, vai intervir nas infraestruturas, será feito por uma equipa da especialidade ligada a elaboração destes planos e, um dos requisitos deste plano é ser público e participado, ou seja, desde o estudo prévio à elaboração do projeto, para o qual é pretendido o forte envolvimento de toda a população. Ainda no âmbito das reuniões realizadas, informa que o executivo municipal reuniu com a Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra/Terrim, relativamente a algumas necessidades de intervenção na zona e sobre o compromisso do asfaltamento e drenagem pluvial na Rua 1º de Maio.

Durante esta quarta-feira, no período da manhã, foram realizadas várias visitas públicas, acompanhadas pela vereação que teve disponibilidade para o efeito, à empresa TMS, uma empresa de transportes e logística, sediada na freguesia de Pinhal Novo, junto ao Rio Frio e

que tem um conceito muito interessante de oferta de serviços, mas que tem necessidade de crescimento e, de facto, na revisão do Plano Diretor Municipal, já foi encontrada uma solução para a ampliação daquela importante unidade económica e também para identificação de zonas que, do ponto de vista logístico, considerando aquela centralidade, podem dar origem à fixação de outras empresas da mesma área, portanto, é uma questão que está a ser trabalhada entre concelho de Palmela e Área Metropolitana de Lisboa. Posteriormente visitaram um dos troços da empreitada de regularização da Ribeira da Salgueirinha, no atravessamento da Rua da Lagoa da Palha, por causa do acesso ao mercado mensal e que irá sofrer ali uma grande operação para evitar fazer desvios de trânsito de vários quilómetros, porque isso causa impactos, não só na vida das pessoas, mas também no acesso às unidades comerciais e outros estabelecimentos que existem na zona, portanto, encontrou-se a solução para isso e aguardam o parecer final da Infraestruturas de Portugal. Relativamente ao atravessamento da EN-252, refere que vai ser uma situação mais complexa, porque a Infraestruturas de Portugal optou por uma solução *in situ* de betão, ao contrário de outras que foram propostas, o que vai causar constrangimentos no trânsito durante alguns meses. Ainda nesta questão dos atravessamentos, refere que também há um outro ponto crítico no atravessamento da Rua 1º de Janeiro, porque está a aguardar o desvio de condutas de gás, por parte da Setgás. Ainda no âmbito das visitas, foi realizada uma visita à obra que está a decorrer no mercado de produtores, cujos técnicos tiveram oportunidade de explicar o conjunto de condicionalismos que, atualmente há nas empreitadas, portanto, puderam verificar que está praticamente concluída, faltando apenas a zona onde vão ficar os contentores e as bancas arrumadas, depois do mercado, que é uma zona enquadrada paisagisticamente e, dali foram visitar o Centro de vacinação, que tem funcionado bem e realça o que o município tem colocado à disposição da Saúde, para que tudo funcione bem, aliás, o investimento é permanente, tem sido necessário fazer melhorias constantes, por vezes, por causa das marcações e outras questões pontuais que vão surgindo, mas de uma forma geral o funcionamento está a correr bem, mesmo com o aumento do número de vacinas e de vacinados, sobretudo, nestas últimas semanas e, é esse ritmo que é importante manter. Depois, passaram pela Rua Infante Dom Henrique, porque o município adquiriu um terreno, para fazer uma bolsa de estacionamento e um corredor arbóreo na zona sul, junto à Sociedade Filarmónica União Agrícola e, em seguida, visitaram as obras do largo da Mitra. Posteriormente, foram visitar as instalações da incubadora de empresas que teve obras de remodelação e que, agora, aguarda-se que apareçam muitos empreendedores com ideias e negócios, que possam trabalhar ali e criar sinergias, porque o espaço tem, agora, reunidas as condições para o efeito, aliás, estão a decorrer as inscrições. Por fim, terminaram o programa de visitas no Monte do Francisquinho, onde decorrem as obras para albergar ali um conjunto de associações e um polo de respostas sociais, ou seja, irá instalar 3 associações ligadas à área da intervenção social e que não têm instalações próprias, o Gabinete de Apoio à Vítima e salas de formação. Também inclui uma outra componente vocacionada para a juventude, nomeadamente um skate parque cujo projeto e layout poderão ter oportunidade de consultar, assim que estiver concluído.

Por fim, na sexta-feira, durante o período da manhã haverá atendimentos descentralizados com a vereação, consoante os pelouros e também irá ser disponibilizado digitalmente uma mostra de projetos para a freguesia. Recorda que no ano anterior, esteve patente na Biblioteca uma exposição, durante as 2 semanas, um conjunto de projetos que estavam em curso e que muitos deles felizmente, já estão em obra e outros adjudicados, mas existem outros, para além daqueles que aqui já mencionou, nomeadamente o projeto para a 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, para além desta mostra digital, informa que vão estar disponíveis, em formato de papel, na Junta de Freguesia de Pinhal Novo. A propósito do Jardim José Maria dos Santos, dá nota que a rotunda que se pretende fazer no denominado “triângulo dos Pinheirinhos”, uma obra que não faz parte da empreitada da 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, vai ser feita por um promotor de uma unidade comercial, que foi obrigado a contribuir para esta solução através de um contrato com o município e as Infraestruturas de Portugal, porque está inserido numa estrada nacional e tudo o que pode ser autorizado ali, tem de ser aprovado pela Infraestruturas de Portugal, portanto, é um projeto muito complexo, porque inclui raios de curvatura, inclinações, enfim, questões que têm de ser analisadas e aprovadas pela entidade competente que é a Infraestruturas de Portugal.

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

**[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]**

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

. **Saudação** (25 de Abril e 1.º de Maio). – dos/a eleitos/a da CDU

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação ao 25 de ABRIL.** – dos/a eleitos/a do PS

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação** (Queijaria Simões).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**. Saudação** (Beatriz Sanheiro).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

O **Sr. Presidente** passa à leitura da saudação que se transcreve:

**. Saudação (25 de Abril e 1.º de Maio)** – dos/a eleitos/a da CDU

“Em 2020 vivemos as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio em confinamento, com justificada preocupação, mas sem tempo suficiente para refletirmos sobre a experiência nem para fazermos previsões quanto ao futuro. Tudo era novo e assustador, e o valor da Liberdade adquiriu uma nova dimensão.

Um ano volvido, e a batalha contra a COVID-19 transformou-se numa longa e penosa guerra, que registou, no início de 2021, o seu episódio mais trágico. É, pois, legítimo que a reflexão sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio nos remeta, este ano, com especial enfoque, para a Saúde e a situação inesperada que se abateu sobre nós, levando-nos a rever sonhos, prioridades e perspetivas. O Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das maiores conquistas de Abril, enfrentou uma duríssima prova e, apesar de fragilizado por anos de desinvestimento e com meios humanos e materiais insuficientes, respondeu de forma corajosa e inequívoca. O merecido reconhecimento público ao SNS e às/aos profissionais que têm estado na linha da frente, com elevado altruísmo e abnegação, sublinha, de forma convicta, a importância de reforçar o investimento no sistema público de saúde – mas também nos Corpos de Bombeiros/os, nas forças de Segurança e Proteção Civil, entre outras/os – valorizando as carreiras de quem se dedica a cuidar de nós.

Celebramos o 47.º aniversário da Revolução de Abril no contexto do 15.º Estado de Emergência. Apesar do progressivo desconfinamento, que nos permite algum regresso à rua, à atividade e ao contacto, temos, ainda, pela frente um longo caminho, cheio de incertezas.

As sucessivas interrupções e alterações de modelo deixaram marcas profundas nos processos de ensino/aprendizagem, mas também na formação social e cidadã das crianças e jovens. No mundo do trabalho, o encerramento ou retração de milhares de micro, pequenas e médias empresas e a paralisação de setores como o turismo, a hotelaria, a cultura ou o desporto,

aumentaram os números do desemprego e os pedidos de apoio social de emergência. Sem atividade há muitos meses, o associativismo cultural, desportivo e recreativo, verdadeiro pilar comunitário, vê em risco a sua sobrevivência.

A banalização dos Estados de Emergência e confinamentos não pode continuar a ser solução para uma situação que se prolonga no tempo e para a qual já dispomos, hoje – ao contrário de 2020 – de outras armas, fornecidas pela ciência. Com responsabilidade e respeito pelas medidas sanitárias, é preciso testar de forma massiva e vacinar mais e mais depressa. E para que tal seja possível, é necessário que Portugal não fique refém de interesses da indústria farmacêutica, do incumprimento de contratos com a União Europeia e de vacinas que acumulam queixas e problemas, contribuindo para o aumento da desconfiança junto do público. É urgente diversificar as opções e avançar com a aquisição de outras vacinas, de eficácia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, e criar condições para a produção de vacinas em Portugal.

Este é, também, um caminho indispensável para honrar Abril e cumprir a Democracia, pondo fim ao condicionamento e restrições às liberdades individual e coletiva, permitindo o desenvolvimento de um percurso de bem-estar social e económico, que não deixe ninguém para trás.

O Poder Local Democrático é, reconhecidamente, outra das grandes conquistas de Abril e de um dos principais motores do desenvolvimento do país. No entanto, a Regionalização continua por cumprir, 45 anos depois, e as autarquias locais são rebaixadas, por via da Descentralização em curso, ao papel de tarefas da Administração Central, recebendo, unilateralmente, competências para as quais não lhes são fornecidos os meios correspondentes nem o poder para as gerir e questionar. No Concelho de Palmela, mantemos viva a luta pela desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão que, como tantas outras no país – e apesar das promessas – não poderão retomar o seu lugar na vida das comunidades no ato eleitoral deste ano.

Globalmente, a opressão toma, hoje, outras formas, mais dissimuladas, mas igualmente perversas. A xenofobia, o racismo e a segregação em todas as suas formas escondem-se em discursos populistas e as tentativas reiteradas de branqueamento do passado ganharam ímpeto com a ascensão do mundo digital, no último ano. Demasiado filtrado e manipulável, o contacto impessoal retirou espaço ao debate, à reflexão e ao diálogo frontal, olhos nos olhos.

Honrar Abril é, pois, reafirmar a confiança na Democracia no futuro. É, mais do que nunca, pugnar pela Paz, pela Igualdade, pela Solidariedade, pelo Trabalho qualificado, pela Justiça. É expor a mentira, a corrupção, a desinformação e apostar na cidadania plena e informada. É recuperar a proximidade e os afetos e encontrar soluções para, em segurança e com saúde, podermos trabalhar, produzir, aprender, conviver e retomar projetos de vida.

Reunida em Pinhal Novo, a 21 de abril de 2021, a Câmara Municipal de Palmela saúda o 25 de Abril, o 1.º de Maio, a Constituição da República Portuguesa e os homens e as mulheres que se envolveram na sua construção. Saúda, igualmente, a população do Concelho de Palmela, às/aos trabalhadoras/es, autarcas, forças de segurança, entidades de saúde, rede social, empresas, comunidade educativa, movimento associativo – e a quem, com elevado espírito cidadão e democrático, mantém o espírito de Abril vivo e em permanente renovação – e exorta à participação ativa no programa de celebrações locais e nacionais.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1.º de Maio!

Viva o Poder Local Democrático!”

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** passa à leitura da saudação que se transcreve:

**. Saudação ao 25 de ABRIL** – dos/a eleitos/a do PS

“Quarenta e sete anos após o 25 de abril de 1974, a revolução dos cravos continua a simbolizar um momento determinante na história contemporânea de Portugal.

Comemorar o 25 de abril é celebrar a democracia e a liberdade individual e coletiva, a consagração da cidadania, dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos e dos trabalhadores, a igualdade de género, o fim do colonialismo e do regime corporativo que o promoveu.

A qualidade de vida da generalidade dos cidadãos melhorou significativamente graças, designadamente, ao desenvolvimento da escola pública, da segurança social, do serviço nacional de saúde, de novos direitos individuais e coletivos.

Como democratas, continuamos a encontrar motivos para considerar que há ainda muito a fazer no sentido de um maior desenvolvimento, na sustentabilidade social e territorial, na criação de mais e de melhor emprego, de mais justiça e de maior igualdade de oportunidades.

Porém, nunca poderemos esquecer que Portugal é hoje um país absolutamente diferente do que era antes do 25 de abril de 1974: mais livre, mais justo e mais moderno.

Vivemos, nos últimos anos, tempos prósperos, que nos permitiram devolver aos reformados e pensionistas as suas pensões, aumentar o salário mínimo, investir no Serviço Nacional de Saúde, universalizar a educação pré-escolar, repor os feriados e manter no setor público, os transportes urbanos em Lisboa e no Porto.

Para além de tudo isto, foi ainda possível alcançar o défice mais baixo desde o 25 de abril de 1975, aumentar o crescimento económico, diminuir o desemprego, aumentar as exportações e ainda o investimento privado.

Definiram-se novas políticas, privilegiando a reposição dos rendimentos e o relançamento da economia e do emprego, como prioridade para inverter o ciclo de políticas de austeridade.

Não podemos, porém, esquecer que desde março de 2020, fomos todos sobressaltados por uma nova realidade que nos obrigou a alterar a nossa vida. Neste momento de pandemia, em que todos os dias somos confrontados com um inimigo invisível, que a todos nos preocupa e nos obriga a sermos mais capazes de ajudar o outro e respeitar novas e difíceis regras individuais e coletivas, temos que nos orgulhar da nossa admirável capacidade de solidariedade e de fraternidade, enquanto cidadãos e cidadãs livres e responsáveis.

Realçamos, neste 25 de abril, o papel fundamental de todos os profissionais de saúde, da proteção civil, das IPSS, da educação e de todos os outros setores de atividade que, enquanto profissionais, ou de forma voluntária, permitem melhorar as respostas institucionais, públicas e privadas, ao serviço de todos.

A espuma dos dias e da vida nunca nos deixarão perder o sentido da luta que o povo Português soube construir, e é capaz de reconstruir em todos os momentos, num viver coletivo expresso no poder autárquico democrático e no movimento associativo e usufruímos da liberdade democrática e do Estado de Direito.

Em suma, "habitamos" na liberdade.

Mas para que o prédio da Liberdade não seja derrubado por força dos vampiros de extrema direita, que hoje à luz do dia e com o benefício da Democracia, não têm vergonha de insultar o Povo Português, com atitudes e frases homofóbicas, xenófobas, antidemocráticas, de enorme violência, anticonstitucionais e perigosas, para o regime democrático, é imperioso continuar a lutar todos os dias.

Por isto, é fundamental continuar a Comemorar o 25 de Abril, retomar o fôlego, ganhar novas forças, voltar a acreditar e trazer todos os dias "Outro Amigo" e que com ele "Venham Mais Cinco".

Continuemos a ter a coragem e a capacidade de Unirmos as mãos e as vozes, de Partilharmos esforços e trabalhos, conscientes de que "quem quer faz na hora, não espera acontecer"...

E como diz o poema de Manuel Alegre:

"Foram dias, foram anos a esperar por um só dia. Alegria. Desenganos. Foi o tempo que doía com os seus riscos e seus danos. Foi a noite e foi o dia na esperança de um só dia".

**Saudamos os** "Capitães de abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;

**Rendemos** homenagem a todos e a todas que se bateram durante décadas de opressão pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos humanos sociais e culturais dos cidadãos;

**Continuaremos** a lutar por trabalho com direitos e à proteção no desemprego, para todos os desempregados, ao aumento geral e gradual dos salários, bem como das pensões de reforma e à melhoria dos apoios sociais às famílias;

**Defenderemos**, sempre, o Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, da escola pública de qualidade e inclusiva e a Segurança Social universal e solidária.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Liberdade

Viva Palmela.”

**O Sr. Presidente coloca a discussão as saudações antes transcritas:**

O **Sr. Presidente** refere que são duas moções sobre o 25 de Abril e é muito difícil fundi-las, porque faz parte da diferença em democracia.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que existem 2 parágrafos que o PS tem dificuldades em aceitar, porque são questões que divergem na discussão, mas é a democracia a funcionar.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que se o MIM tivesse apresentado uma saudação, teria apresentado de maneira diferente, no entanto, considera que em relação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio, estão todos de acordo e lamenta que, com o 25 de Abril, tivesse aparecido mais corrupção e também uma série de situações que não está de acordo, porque todos os dias têm conhecimento de novas situações ligadas à corrupção. Porém, refere que o MIM congratula-se e associa-se a esta Saudação do 25 de Abril e do 1º de Maio.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e relativamente ao 25 de Abril e à conquista da Liberdade, considera que o sentimento de todos é unânime, porém há outras questões sobre as quais discordam, portanto, vai cingir o seu sentido de voto às saudações em si, sobretudo aos parágrafos finais de cada uma das saudações, sobre os quais se identifica e concorda. Em relação a algumas considerações que são apresentadas nas moções, nomeadamente a referência aos “vampiros de extrema-direita”, refere que tem aversão a todos os vampiros, aliás, não os cataloga, venham eles de onde vierem, com exceção dos verdadeiros, os mamíferos da família dos morcegos que não têm culpa nenhuma, portanto, tal como referiu o Sr. Presidente, já havia corrupção antes do 25 de Abril, mas, é um facto, que se implantou e que, agora, está a ser denunciada e combatida, mas se há eficácia nesse combate, enfim, é o que o estado de direito tem obrigação de fazer, com legislação que consiga, de facto, punir a corrupção para evitar aquele ditado “quem cabritos tem e cabras não tem, de algum lado há-de vir”, como se assistiu na passada semana.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o Sr. Vereador Carlos Vitorino está a focar a corrupção num só episódio da semana passada e só fosse só isso em termos de corrupção,

estavam todos muito bem. Refere ainda que o Sr. Vereador Carlos Vitorino cai aqui nas reuniões, de vez em quando, de paraquedas e faz algumas intervenções com muito pouca consistência política, portanto, devia saber que quando se tem telhados de vidro, não se manda pedras aos outros. Refere ainda que não está nada preocupado, porque não é corrupto, está de consciência tranquila.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que foi o Sr. Vereador Raul Cristovão é que se incomodou.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que se incomoda porque não admite que o Sr. Vereador Carlos Vitorino fale inverdades e use demagogia.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que não interrompeu a intervenção do Sr. Vereador Raul Cristovão.

O Sr. Vereador Carlos Vitorino e o Sr. Vereador Raul Cristovão estão a conversar em simultâneo, pelo que não é suficientemente perceptível para poder transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que, certamente, vão todos votar ambas as saudações por unanimidade. Obviamente que as saudações têm considerações políticas e não tem dúvidas que em democracia e com democracia também se pode combater a corrupção, portanto, considera que não devem falar sobre isso aqui, porque é o que mais envergonha alguns percursos, pelo que deve ser combatida e, nesta matéria, também não vai aqui puxar dos galões para dizer quem é que, há muitos anos, apresenta na Assembleia da República projetos de lei para combater a corrupção. Portanto, considera que essa discussão, agora, é desnecessária, porque há muitos anos que se discute sobre esta questão e a democracia não é um sistema perfeito, mas é o melhor de todos os sistemas que conhece, pelo que devem prosseguir as intervenções e votar.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que estava a intervir de forma calma, quando foi interrompido intempestivamente pelo Sr. Vereador Raul Cristovão que ficou incomodado com algo que nem sequer conseguiu perceber, mas, de facto, não é isso que está em causa, aliás, o que está em causa e, honra seja feita ao grupo parlamentar da CDU, que tem apresentado essas propostas, mas também é verdade que depois é necessário fazer a conjugação para não haver chumbos no Tribunal Constitucional, com a inversão do ónus da prova. No entanto aquilo que está em causa é a corrupção *lacto senso* e, quando referiu o exemplo da semana passada, recorda que foram vários, mas há pessoas que ficam logo muito incomodadas, portanto, nem sequer estava a falar de militantes de partidos. Refere que também apreciou a questão da desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão, apresentada pela CDU, mas recorda que a CDU esteve 4 anos com o PS, votaram favoravelmente em conjunto o orçamento e, mais uma vez, infelizmente essa situação não ficou resolvida.

O **Sr. Presidente** refere que essa questão nada teve a ver com o orçamento e é sobejamente conhecida a posição da CDU sobre a questão das freguesias

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que sobre as freguesias, também já referiu qual era a sua posição pessoal e considera que a dimensão territorial dos municípios deveria ter sido levada em conta e, provavelmente teriam evitado situações como esta. Para finalizar, refere que gosta muito da referência do PS relativamente à continuação da luta pelo trabalho com direitos e proteção no desemprego, bem como das pensões de reforma e a melhoria dos apoios sociais às famílias, sobretudo no momento em que veem imensos anúncios de apoios, mas que chegam apenas migalhas às pessoas, nomeadamente nas situações motivadas pela pandemia, acha muito bem que o PS, aqui em Palmela, tenha esta posição, no entanto, espera que consiga fazer chegar a sua voz a outros fóruns.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** recorda que quem destruiu Serviço Nacional de Saúde, com reformas e retirou dinheiro aos portugueses, vem agora dizer aqui umas coisas diferentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e lê um pequeno poema de Sophia de Mello Breyner Andersen que nem sequer é comunista, mas sentiu Abril e é isso que apela mais do que estas quezílias, é preciso sentir Abril e saber transmitir esse sentimento às gerações vindouras.

"Esta é a liberdade que eu esperava

O Dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo"

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que estas discussões representam a democracia, portanto, não são ofensivas para ninguém e todos podem ter as suas opiniões e devem-nas ter, porque só em democracia é possível ter este tipo de discussão que, de facto, não havia antes do 25 de Abril. Refere que não é preciso ter vivido o período antes do 25 de Abril, para perceber como era, existem muitos livros, as pessoas têm capacidade de ouvir e perceber como se vivia anteriormente. Refere que existem em ambas as saudações, pontos que discordam, nomeadamente 2 parágrafos que o PS claramente discorda da saudação da CDU, mas atendendo ao espírito do 25 de Abril e à liberdade que cada um tem de exprimir os seus pontos de vista, porque a democracia é o único sistema que permite discutir diferentes posições políticas, falando abertamente o que cada um pensa, portanto, o PS vai votar favoravelmente as duas saudações.

**Submetida a saudação (25 de Abril e 1.º de Maio) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Submetida a saudação ao 25 de Abril a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura das saudações que se transcrevem:

**. Saudação (Queijaria Simões)**

"No passado dia 9 de abril a Queijaria Simões obteve a distinção Gold Quality Award no conceituado Concurso "Monde Selection 2021", realizado em Bruxelas, no seu 60<sup>th</sup> World Selection of Food Products 2021, com o Queijo de Azeitão.

Este galardão é atribuído pelo International Quality Institute que desde 1961 distingue produtos produzidos a concurso, oriundos de todo o mundo.

Esta distinção tem para o território de Palmela um impacto importantíssimo, elevando o padrão dos produtos produzidos localmente pelos nossos parceiros e agentes económicos.

Reunida a 21 de abril, a Câmara Municipal **parabeniza** a Queijaria Simões pelo prémio obtido, o qual revela o empenho, dedicação e qualidade depositados na sua atividade empresarial, contribuindo para a valorização de um produto endógeno de distinção gastronómica e territorial."

**. Saudação (Beatriz Sanheiro)**

"Beatriz Sanheiro, residente em Pinhal Novo, conquistou ao serviço Sport Lisboa e Benfica, o Campeonato Nacional Feminino da 1.ª Divisão de Futsal 2020/2021, repetindo desta forma a conquista alcançada na época desportiva anterior.

Reunida em Pinhal Novo, a 21 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Beatriz Sanheiro pela conquista da Taça de Portugal de futsal feminino, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho."

**Submetida a saudação (Queijaria Simões) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Submetida a saudação (Beatriz Sanheiro) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Informações / Assuntos diversos:**

**. Atribuição da bandeira Cidades e Vilas de Excelência – Nível IV – O Sr. Presidente** refere que município de Palmela vai ser distinguido com a atribuição da Bandeira Cidades e Vilas de Excelência - Nível IV, pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade. Para além de

bandeiras de prata e ouro da mobilidade, na qual a freguesia de Pinhal Novo esteve sempre no centro das experiências pioneiras em matéria de acessibilidades, nos últimos anos, o Instituto passou a atribuir este tipo de bandeiras pelo trabalho feito em torno dos planos de ação de mobilidade urbana sustentável, portanto, o conjunto de obras que foram feitas na rede de ciclovias, em várias freguesias, nos parques intermodais em Pinhal Novo Sul e na intervenção no Largo José Maria dos Santos, com pavimento estável e acessível, o que está a ser feito na ligação intermodal do largo da Mitra, com a reabilitação e rebaixamento de passeios, com acessibilidades em vários pontos do concelho e, mais recentemente, a empreitada de criação de percursos acessíveis no Castelo de Palmela, foram obras avaliadas que, depois de ter sido atribuído à vila de Pinhal Novo, em 2017 e 2019, as bandeiras de nível II e III, a bandeira de nível IV reconhece, agora, o trabalho da autarquia.

. **Construção de um novo arruamento, em Aires** – O **Sr. Presidente** refere que o município lançou concurso para a obra de construção de um novo arruamento, em Aires, cujo preço base, acrescido de IVA, ascende 245.000€. O novo arruamento vai ligar a Avenida Lino dos Reis à Rua de Aljubarrota e inclui o prolongamento da ciclovia e passeios, melhorando a acessibilidade de peões, que visa qualificar aquela zona de Aires e inclui prolongamento/remodelação de infraestruturas enterradas.

. **Remodelação/substituição de conduta de abastecimento de água na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Pinhal Novo** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que foi adjudicada a obra de “Remodelação/substituição de conduta de abastecimento de água na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Pinhal Novo” pelo valor de 73.355,18€, que terá início assim que estejam ultrapassadas as imposições legais da contratação. Esta obra terá um prazo de execução previsto de 75 dias e inclui, numa primeira fase, a criação de um circuito alternativo, em paralelo à conduta existente, para que em situação de eventual rotura na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a adução à zona Norte e à zona Sul seja possível através desta alternativa, reduzindo o número de utilizadores/as afetados/as com falta de água seja a menor possível. Este circuito alternativo reforçará também a pressão e o caudal em períodos de maiores consumos. Será efetuada a substituição da conduta existente, de 200mm em Fibrocimento na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, através do sistema de perfuração dirigida (sistema *Pipe bursting*), reduzindo-se assim, a extensão de vala aberta e os inconvenientes e incómodos daí decorrentes e, serão também substituídos os respetivos ramais de ligação domiciliária, no troço compreendido ente a Linha da REFER e o Centro Comercial DOVARI, numa extensão de 255 metros. Refere ainda que, pelo mesmo método será também substituído o troço de conduta existente e respetivos ramais no Largo José Maria dos Santos, entre a Linha da REFER e a Rua Luís de Camões, numa extensão de 115 metros. Sublinha que,

enquanto decorrer esta obra, será igualmente assegurado o abastecimento provisório aos consumidores servidos pelas condutas a substituir, através de condutas provisórias a instalar para o efeito durante a obra.

**. Pavimentação da Rua João Pedro Monteiro, em Lagameças – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o município abriu concurso para a obra de pavimentação da Rua João Pedro Monteiro, em Lagameças, pelo valor de 159.000,00€ com IVA incluído. A obra tem um prazo previsto de 90 dias e consiste na sua pavimentação, numa extensão de 1.170m, executando trabalhos diversos no âmbito de obras de pavimentação com massas betuminosas, camadas de base de apoio estrutural, bermas e valetas em terra batida onde necessário.

**. Ataque informático ao Município de Palmela ocorrido em 14 de abril de 2021 – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o município sofreu um ataque informático no dia 14 de abril, o qual atingiu servidores e alguns computadores pessoais, tendo esta situação, provocado uma paragem no sistema informático durante o dia do incidente. Os serviços foram retomados no dia seguinte, estando o serviço de informática a ultimar o processo de recuperação do incidente. Refere ainda que foi notificado, como decorre da lei, o Centro Nacional de Cibersegurança, com o qual o município está a trabalhar na tentativa de identificação da origem do ataque, foi notificada a Comissão Nacional de Proteção de Dados, embora não existam indícios de fuga de dados pessoais e está a ser preparada uma queixa-crime à autoridade competente. O incidente veio demonstrar que o recente investimento realizado pelo município num sistema de servidores em *cluster*, com vários níveis de redundância, proporciona um nível de segurança mais robusto e uma maior rapidez na recuperação.

**. Protocolos assinados com entidades da Administração Central – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que foram assinados dois protocolos com entidades da administração central, nomeadamente o Protocolo com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa, relacionado com a utilização da Chave Móvel Digital como meio de autenticação segura no site dos serviços online municipais e o Protocolo com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, através do qual o Município acederá de forma mais segura à plataforma informática alojada na mesma e de utilização obrigatória, particularmente a plataforma usada em atos eleitorais

**. Palmela GERAÇÕES 2021, a assinalar o Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que vai decorrer no final de abril e mês de maio, a edição 2021 do Palmela GERAÇÕES, com uma programação adaptada ao atual contexto e articulada com diferentes atores locais, designadamente, a Associação Juvenil

Odisseia, a EAPN, a Escola Secundária de Palmela e a Popular FM, integrando diversas iniciativas, nomeadamente a 29 de abril com a divulgação de Newsletter "Palmela Gerações", que permitirá a visualização de um vídeo e de trabalhos realizados no âmbito dos projetos (A)Linhas e Florir os Saberes pela população de mais idade e jovens e divulgará a programa de Rádio Aquele Abraço» Entre Gerações e, de 29 de abril a 31 de maio, uma exposição temporária da Manta de Retalhos «Rede de Cumplicidades», na Escola Secundária de Palmela, fruto de um trabalho coletivo que decorreu em 2019, com a participação das Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, conjugando vontades e reforçando a dimensão da participação das diferentes gerações.

**. Comemorações do 47.º aniversário do 25 de Abril – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que, mesmo em tempo de pandemia, o município irá realizar as comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril, tendo preparado um conjunto de propostas, que respeitando as regras em vigor, volta a assinalar Palmela como Concelho de Abril. Portanto, desde o dia 20 de abril estão patentes as exposições "45 anos de abril" da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, no Foyer do Auditório Municipal de Pinhal Novo e os cartazes municipais alusivos às comemorações no concelho de Palmela, no Centro Cultural de Poceirão. Nos dias 24 e 25 de abril, através do *site* [www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt), do canal *Youtube* da Autarquia e da página de *Facebook* Catavento poder-se-á aceder a testemunhos, de viva voz de dirigentes associativos de diversas áreas, locais e gerações. Poder-se-á ainda recordar, através de um álbum de fotografias, o que têm sido as comemorações municipais ao longo destes 47 anos de liberdade. Informa ainda que, na manhã de 24, os mercados municipais de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, acolhem pequenos apontamentos musicais da responsabilidade das respetivas juntas de freguesia, no dia 25, às 10:30, realizar-se-á a Sessão Solene da Assembleia Municipal, ao ar livre, no largo São João e irão circular pelas ruas de todo o concelho, carros de som, levando a todos os sons de Abril. Para finalizar, no dia 25 de abril, irá realizar-se o concerto com Carlos Alberto Moniz, que assinala os seus 50 anos de carreira, no Cine-Teatro São João que sem público, será transmitido online, com início às 22h00.

**. Mostra de Vinhos de Fernando Pó – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que também a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, obrigada a cancelar a sua atividade por razões sanitárias, optou por escolher um caminho diferente, fugindo à concentração de pessoas, sem abdicar do objetivo de dar visibilidade ao que se produz nas freguesias de Poceirão e Marateca. Portanto, este ano, irá decorrer em formato digital. A comissão organizadora está a preparar uma página de Internet, através da qual será possível encontrar informação sobre a Mostra, uma galeria de imagens, um programa de atividades técnicas em vídeo e uma loja de vinhos, com as adegas aderentes. Os visitantes poderão regressar ao convívio das atividades vínicas e

adquirir alguns dos seus vinhos preferidos, na segurança das suas casas. Esta presença digital será apresentada nos próximos dias, aproveitando as datas da habitual realização física, constituindo a página permanente, uma mais valia futura para a valorização e difusão dos vinhos de Poceirão e Marateca nos canais online e digital, o que possibilitará, sobretudo às microempresas deste setor, alcançarem novos públicos e reforçarem a sua atividade económica. Refere ainda que o município manteve os apoios financeiros e a participação na organização da iniciativa, contribuindo para que seja possível continuar a apoiar os produtores e a produção local, num dos setores agrícolas e económicos mais determinantes do Concelho.

**. Percurso pedestre 'Jardins de Vinhas' – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que os "Jardins de Vinhas" é o primeiro percurso pedestre de índole enoturística na Península de Setúbal e resulta de uma parceria entre o Município de Palmela, a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal e as adegas aderentes: Fernão Pó Adega, Filipe Palhoça Vinhos, Casa Ermelinda Freitas, Casa DUPÓ e Quinta do Monte Alegre. Este investimento surge na sequência do desenvolvimento do trabalho municipal para implementação de percursos pedestres e cicláveis no território e, neste caso particular, encontra-se em consonância com os objetivos do projeto "Centro Rural Vinum - Fernando Pó". Este percurso está em processo de homologação pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e a partir do próximo dia 1 de maio, o município de Palmela fica dotado de mais uma oferta no quadro do turismo de natureza e do enoturismo, valorizando a atração do mundo rural e das freguesias de Poceirão e Marateca.

**. Fórum Económico Palmela – Desafios para um futuro comum – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se, nos dias 29 e 30 de abril, o Fórum Económico Palmela subordinado ao tema "Desafios para um futuro comum" e visa a criação de dinâmicas promotoras de apoio à economia, à valorização do emprego e à captação de investimento. A programação para o 1º dia abordará temáticas como inovação, sustentabilidade e cooperação, com uma tarde de trabalhos direcionada para o emprego e empreendedorismo e um *Pitch* Palmela - Boas Práticas e Casos de Sucesso e no segundo dia, o evento estará enquadrado nos desafios da economia territorial e trará exemplos do cluster da indústria automóvel, do turismo e da agricultura. O evento irá decorrer com o acompanhamento de parte do executivo municipal, no campo de ação do desenho futuro de políticas públicas e continuidade do motor que é o desenvolvimento da economia local.

. **Campeonato Nacional de Maratona** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se, no próximo dia 25 de abril, na Freguesia de Quinta do Anjo, o Campeonato de Portugal da Maratona – Maratona do Centenário, prova do Calendário de Competições da Federação Portuguesa de Atletismo 2020/2021, um evento desportivo nacional que contará com a participação de cerca de 200 atletas. Este evento, que contará com a participação dos melhores atletas nacionais de fundo, para além da atribuição dos títulos nacionais, servirá igualmente para apuramento da equipa que representará Portugal nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos de Tóquio.

. **Clássica da Arrábida** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que irá realizar-se, no próximo dia 2 de maio, a 4.ª edição da Clássica da Arrábida, prova integrada no calendário da União Ciclista Internacional. Esta competição profissional com 181,2Km num percurso misto de asfalto, terra batida e serra, resulta de uma parceria entre a Federação Portuguesa de Ciclismo, Lima & Limão Cycling Services e os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e prevê-se a participação de cerca de 150 ciclistas profissionais, em representação de cerca de 25 equipas, nacionais e estrangeiras. Entre os participantes está o ciclista Palmelense Rafael Reis, que irá pedalar ao serviço da equipa EFAPEL.

**Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Carlos Vitorino, Raul Cristovão e José Calado**

- **Fogo junto ao Retiro Azul, em Palmela (antigo posto de abastecimento de combustível)** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que, no passado fim-de-semana, ocorreu um incêndio nas antigas instalações do posto de combustível, no largo do Chafariz D. Maria I e, felizmente não havia viaturas estacionadas na proximidade daquele pequeno posto de apoio que está desativado, portanto, se estivessem ali viaturas, poderia ter ocorrido uma situação mais grave e, por isso, questiona a segurança dos depósitos daquele antigo posto de combustível em termos de proteção civil, porque podem conter ainda resíduos ou acumulação de gases e, pergunta como se encontra o processo e se há a possibilidade de haver uma reabertura ou uma recolocação do referido posto de abastecimento, mais à frente, em direção a Quinta do Anjo.

- **Rua General Amílcar Mota, em Palmela** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que uma parte da Rua General Amílcar Mota foi alvo de uma cobertura nova, no entanto, verifica-se um desnível, numa parte em que não foi intervencionada e provoca alguns constrangimentos, por isso, pergunta em que situação está a obra e para quando se pressupõe a conclusão da mesma.

- **Falta o passeio em calçada, em loteamentos no Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que em Pinhal Novo, apesar de se tratar de um problema transversal em toda a vila, cinge-se à Rua Posser de Andrade, Rua Raúl Brandão e Rua Vitorino Nemésio, nas quais falta passeio em calçada. Recorda que aquando eram feitos os loteamentos, eram igualmente construídos os passeios em calçada, mas ficaram muitos espaços por calcetar e isso provoca constrangimentos na circulação e é dentro da malha urbana, portanto, é uma questão que considera que deveria ser equacionada pela autarquia e não pela junta de freguesia, porque, não constroem em determinados lotes e os passeios continuam sem calçada, em terra batida e com muitas ervas, obrigando os munícipes que circulam a pé, a deslocar-se para a estrada e causam grandes constrangimentos, sobretudo a pessoas com mobilidade reduzida.

- **Rua João Posser de Andrade** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que na Rua João Posser de Andrade existem algumas vedações que davam acesso aos quintais e que num desses espaços até existe um poço em condições bastante deterioradas, inclusivamente com algumas partes de metal para fora que pode, eventualmente, causar algum ferimento a quem passe e até a entrada de algumas pessoas nessas propriedades, por isso questiona se a autarquia pode intervir ou notificar os proprietários para reporem a situação.

- **Rua das Sesmarias** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** alerta que na Rua das Sesmarias, à entrada da EN 252, o buraco lá existente no pavimento, ficou ainda maior, tendo piorado com estas últimas chuvadas, que implica bastantes incómodos, é perigoso e condiciona a circulação viária naquela estrada.

- **Necessidade de correção das bermas em alcatrão** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que falta corrigir as bermas de alcatrão que estão na rua que foi pavimentada, aliás já foram corrigidas algumas, mas ainda falta corrigir a zona que vai até aos contentores de RSU e mais acima, junto ao entroncamento, porque existem ali muitas pessoas já com uma idade avançada, os passeios são curtos e, por uma questão de segurança, os munícipes ali residentes pedem a correção do que falta ainda corrigir.

- **E-mail de Múncipe residente na Rua dos Batudes** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que a vereação do PS recebeu um email de uma residente da Rua dos Batudes sobre a questão do estacionamento e tráfego, porque é uma rua que termina numa propriedade privada, tem um portão e as pessoas estacionam quase sempre bloqueando o acesso à boca de incêndio. Também se queixa que, sobretudo na altura do verão, as pessoas dali não colocam as suas viaturas nas suas garagens e ficam mal estacionadas, dificultando e reduzindo o espaço de

circulação e, por isso, pedem uma intervenção da autarquia, na colocação de sinalética que pudesse regular um pouco o estacionamento.

- **Necessidade de reparação de várias vias no Pinhal Novo (Avenida dos Ferroviários / Avenida da Liberdade)** – O **Sr. Vereador José Calado** apresenta algumas indicações que vários munícipes lhe fizeram chegar, nomeadamente a questão das obras na rede de águas em Pinhal Novo, que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho já explicou e questões sobre as vias da freguesia de Pinhal Novo, que são muitas a necessitar reparação, pois já têm bastantes anos e apresentam algumas debilidades, buracos e outros problemas. Recorda que a Avenida dos Ferroviários tem o piso em péssimo, a Rua Samuel Lupi e a Avenida da Liberdade com os problemas já conhecidos, têm o piso demasiado irregular, portanto, não vai referir-se a todas, mas são muitas as ruas que precisam de reparações e merecem uma atenção do município.

- **Bairro a nascer junto ao cemitério** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que também existem algumas situações menos agradáveis, sobretudo no bairro que está a nascer a seguir ao cemitério novo do Pinhal Novo, perto da Quinta do José Marques. Recorda que já falou nesta questão e, relata que cada vez aparecem mais habitações/contentores naquele terreno e é uma situação que parece estar fora de controlo. Depois, junto à vacaria, na zona do Terrim, também foi construído um mamarracho, com uma vedação que deve ser superior a 3 metros de altura e que, enfim, é impressionante, portanto, considera que provavelmente tudo o que está ali construído poderá não estar devidamente licenciado para uma área de 5 mil metros, por isso chama a atenção do município para fiscalizar.

- **Construtores da Urbanização Vale Flores, em Pinhal Novo, sem eletricidade** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que tem falado com alguns construtores da urbanização Vale Flores e um deles, em particular, referiu que estava muito preocupado com a ligação da eletricidade do prédio que já está terminado e também por continuarem a utilizar geradores para poder ter eletricidade para continuar com as obras. Por isso pergunta se o município pode intervir, no sentido de dar celeridade a este problema.

- **Roubos em Vale Flores e assalto no Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que trata-se de um assunto para as autoridades de segurança, mas não deixa de ser relevante alertar para os roubos na zona de Vale Flores e no Bairro da Cascalheira, sobretudo este último, onde o assalto foi muito violento, por isso, questiona se é possível o Sr. Presidente poder interceder junto do Comando Distrital da GNR para poder aumentar a vigilância nessas zonas.

**Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores são dadas as seguintes respostas:**

**\_ Fogo junto ao Retiro Azul, em Palmela (antigo posto de abastecimento de combustível)** – O **Sr. Presidente** refere que o local onde ocorreu o incêndio é propriedade privada, aliás, a proprietária já foi notificada para proceder à limpeza do espaço e desmontagem daquela infraestrutura que está à superfície. Esclarece que o posto de combustível não voltará a ser ali naquele local, nem sequer para onde esteve previsto a sua deslocalização, porque o município entendeu não querer o posto de combustível naquela zona de Palmela. Recorda que o município encetou várias negociações, permuta, mas não conseguiu chegar a acordo relativamente aos valores, porque estas situações, entre as entidades públicas e particulares, não funciona da mesma maneira que um negócio comercial, as situações são objeto de avaliação pericial e aquilo que os municípios podem adquirir ou contratualizar tem de ter uma determinada margem de valores, ou seja, não pode estar baseado em critérios de natureza comercial. A proprietária foi convocada para uma reunião com a autarquia, na próxima semana e, prevê-se poder chegar a um acordo relativamente à transmissão da propriedade para o município que, terá de pagar, não o valor que a proprietária quer, mas o valor que as avaliações apontam para aquele espaço. Recorda, igualmente que já existe um projeto de execução para aquele estacionamento e arranjo daquele espaço exterior, foi adjudicado e já está concluído e, tal como referiu anteriormente, se não houver acordo entre as partes, o processo segue para expropriação por utilidade pública, com os valores definidos e atribuídos pela arbitragem. Quanto aos depósitos, refere que estão inativos há muitos anos e o município já propôs a sua inertização com materiais adequados para o efeito.

**\_ Rua General Amílcar Mota, em Palmela** – O **Sr. Presidente** refere que os serviços municipais vão aplicando, por administração direta, a correção das massas betuminosas na junção com a calçada grossa, cujas valetas são muito acentuadas e, de facto, é para ir dando continuidade, no entanto, a Brigada tem estado envolvida noutros serviços.

**\_ Falta o passeio em calçada, em loteamentos no Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** em relação à calçada, refere que os serviços municipais estiveram, na segunda-feira, precisamente no Bairro Posser de Andrade a fazer o levantamento dos passeios que têm falta de calçada e das situações que as pessoas mais reclamam, no entanto, esclarece que nalguns desses locais, o passeio foi enchido com touvenant e pó de pedra e, neste até se circula de uma forma confortável e acessível. Porém, o município já decidiu intervir e substituir-se aos proprietários em quatro troços que são mais frequentados e requeridos pelos residentes.

\_ **Rua João Posser de Andrade – O Sr. Presidente** quanto à vedação, se de facto constituir um perigo, o município irá notificar o proprietário, portanto é uma situação que terá de ser analisada pelos serviços municipais.

\_ **Rua das Sesmarias – O Sr. Presidente** refere que também já reparou no buraco no início da rua e foi um dos assuntos abordados com a Junta de Freguesia, portanto, está prevista a pavimentação daquele troço por parte da empresa que está naquele local em processo de legalização da ampliação das suas instalações, mas até lá, considera que os serviços municipais podem intervir, para tentar nivelar um pouco o acesso à estrada nacional com a colocação de betuminoso.

\_ **E-mail de Município residente na Rua dos Batudes – O Sr. Presidente** refere que vai ter de verificar com mais atenção junto dos serviços, para que possam responder devidamente à situação com sinalética apropriada.

\_ **Necessidade de reparação de várias vias no Pinhal Novo – O Sr. Presidente** em relação às vias, refere que tanto na Avenida da Liberdade como na Rua Samuel Lupi, o município tem efetuado remendos quando há aberturas ou outro tipo de intervenções. Em relação à Avenida dos Ferroviários, informa que está incluída na empreitada de repavimentação dos arruamentos da zona sul que inclui também parte antiga, que abrange um troço entre as duas rotundas que apresenta maiores problemas de conservação, de desgaste e trânsito, com correção, fresagem e nova camada de desgaste.

\_ **Bairro a nascer junto ao cemitério novo, em Pinhal Novo – O Sr. Presidente** quanto à situação de emparcelamento ilegal e colocação de contentores para residências, tal como o muro na Rua da Agropecuária, são situações que estão devidamente identificadas e sinalizadas pela fiscalização municipal que tem feito diligências no terreno, mas vai voltar, no entanto vai ter de ser acompanhada pela GNR, porque não é fácil entrar em propriedade privada, são situações complexas.

\_ **Roubos em Vale Flores e assalto no Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo – O Sr. Presidente** refere que estes assuntos fazem parte das discussões no Conselho Municipal de Segurança que reúne de 2 meses e meio em 2 meses e meio e, é aberto ao público, no entanto, os dados da criminalidade no concelho baixaram substancialmente, provavelmente por causa da pandemia, no entanto, nos últimos tempos, de facto tem havido um aumento de

furtos de património e outros. Naturalmente que os assaltos mais violentas preocupam o município, quer aquele que aconteceu no Bairro da Cascalheira, como também já tem acontecido na zona das Lagameças, portanto, é um assunto que é abordado também na Comissão Restrita de Segurança, que reúne de 2 em 2 meses e, de facto, a GNR está dentro de assunto, porque alguns destes assaltos são de criminalidade organizada e é algo que preocupa a todos.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

### **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação.**

##### **PROPOSTA N.º GAP 01\_09-21:**

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Esse contributo tem permitido fazer face a necessidades urgentes, reportadas pelos grupos socio caritativos do concelho e pelos agrupamentos de escolas do concelho neste contexto, particularmente difícil, de pandemia por COVID19.

Tendo em conta a urgência na distribuição dos bens e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, foram aceites pelo Presidente da Câmara, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, duas doações em espécie efetuadas pela PARMALAT PORTUGAL e pela TORRESTIR TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS que integraram diversos bens alimentares e equipamento informático, conforme as informações técnicas anexas.

|                                                                                 |                                                                                  |                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| PARMALAT PORTUGAL<br>Produtos alimentares, Lda.<br>Rua de Pé de Mouro, 36 Linhó | Apoio alimentar a famílias<br>carentiadas através da<br>Conferência Vicentina de | Doação de bens<br>alimentares valor de<br>3.775,87 euros (três mil, |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                               |                                                                                                        |                                                                                                                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2714-508 Sintra (Portugal)<br>Tel. +351 21 924 86 00<br>Fax: +351 21 924 86 84<br>NIF 507 072 855                             | Palmela e do Centro de<br>Acolhimento Temporário (CAT)<br>Porta Aberta do Centro Social<br>de Palmela. | setecentos e setenta e<br>cinco euros e oitenta e<br>sete cêntimos)                                                          |
| TORRESTIR, TRANSPORTES<br>NACIONAIS INTERNACIONAIS<br>S.A.<br>NIF. 501929797<br>Parque Comercial 91-Nogueira<br>4701888 Braga | Apoio aos alunos do concelho<br>no contexto de Ensino à<br>Distância                                   | Doação de 20 tablets no<br>valor de 4.878,05 euros<br>(quatro mil, oitocentos e<br>setenta e oito euros e<br>cinco cêntimos) |
| TOTAL                                                                                                                         |                                                                                                        | 8 653,92 (oito mil<br>seiscentos e cinquenta e<br>três euros e noventa e<br>dois cêntimos)                                   |

A aceitação das doações foi aprovada por despachos do Sr. Presidente da Câmara respetivamente de 05/04/2021 e de 15/4/2021, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação das doações objeto da presente deliberação.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

#### **GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA**

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 2 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto.**

#### **PROPOSTA N.º GPC 01\_09-21:**

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberações da Câmara Municipal 12/12/2017, e sessão da Assembleia Municipal de dia 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para a Toponímia estabelece a transferência anual de 1.500 € para a aquisição e substituição de placas toponímicas existentes, bem como de outras que resultem de aprovações de novos topónimos, nos termos do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, como é expreso nos números 1 e 2 do artigo 4º do contrato.

O artigo 7º, nos seus números 1 e 2, daquele contrato estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para a despesa prevista com a instalação de novos toponímicos.

Ora, a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo procedeu à colocação de novas placas de toponímia no valor de 3.491€, revelando-se, por isso, insuficiente a transferência prevista no Contrato Interadministrativo, em 1.991 €.

Assim, e de acordo com o artigo 7º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira, a título de acerto, à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no valor de 1.991 € (mil novecentos e noventa e um euros).»

**Sobre a proposta Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto, numerada GPC 01\_09-21, intervêm:**

O **Sr. Vereador José Calado** refere que tem sido apresentado muitas propostas de acertos e contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, mas não se recorda se houve acertos em relação à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, se não há necessidade de haver acertos, porque, enfim, não se recorda de ter sido apresentada uma proposta de acertos à Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** esclarece que no caso concreto das placas toponímicas, o Pinhal Novo tem os eus arruamentos consolidados e já tem toponímia atribuída, ou seja, não há novos arruamentos públicos, portanto, é normal que não haja acerto. Houve outros acertos, em outros anos, nomeadamente para a calçada. Recorda ainda que, no ano passado, o município aumentou a atribuição às Juntas de Freguesia do valor base por ano, o número de metros quadrados e deixou de haver necessidade de fazer estes acertos, mas é uma situação que é variável, de ano para ano.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 3 – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Aquisição e substituição de placas toponímicas - Acerto.**

**PROPOSTA N.º GPC 02\_09-21:**

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos

sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberações da Câmara Municipal 12/12/2017, e sessão da Assembleia Municipal de dia 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para a Toponímia estabelece a transferência anual de 1.500€ para a aquisição e substituição de placas toponímicas existentes, bem como de outras que resultem de aprovações de novos topónimos, nos termos do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, como é expresso nos números 1 e 2 do artigo 4º do contrato.

O artigo 7º, nos seus números 1 e 2, daquele contrato estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para a despesa prevista com a instalação de novos topónimos.

Ora, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca procedeu à colocação de novas placas de toponímia topónimos no valor de 2.691,05€, revelando-se, por isso, insuficiente a transferência prevista no Contrato Interadministrativo, em 1.191,05 €.

Assim, e de acordo com o artigo 7º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira, a título de acerto, à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, no valor de 1.191,05 € (mil cento e noventa e um euros e cinco cêntimos).»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 4 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto.**

**PROPOSTA N.º GPC 03\_09-21:**

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberação Municipal de 12/12/2017, e aprovação em sessão Assembleia Municipal de 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros” estabelece uma área de pavimento de 1250 m2 no valor anual de 23.162,50 € para a realização das reposições conforme descrito no Anexo II das Especificações Técnica.

Ainda de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2 daquele Contrato Interadministrativo, são estabelecidas as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para fazer face a encargos adicionais.

Ora, a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo executou 1.327 m<sup>2</sup>, revelando-se, por isso, insuficiente a metragem anual de pavimento prevista no Contrato Interadministrativo, em 77 m<sup>2</sup>.

Assim, e de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira a título de acerto à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no valor de 1.426,81 € (mil quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e um cêntimos), correspondentes a 77 m<sup>2</sup> de calçada executada.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 5 – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada ou outros - Acerto.**

**PROPOSTA N.º GPC 04\_09-21:**

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativo e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberação Municipal de 12/12/2017, e aprovação em sessão Assembleia Municipal de 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros” estabelece uma área de pavimento de 250m<sup>2</sup> no valor anual de 4.632,50€ para a realização das reposições conforme descrito no Anexo II das Especificações Técnica.

Ainda de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2 daquele Contrato Interadministrativo, são estabelecidas as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para fazer face a encargos adicionais.

Ora, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca executou 302m<sup>2</sup>, revelando-se, por isso, insuficiente a metragem anual de pavimento prevista no Contrato Interadministrativo, em 52m<sup>2</sup>.

Assim, e de acordo com o artigo 9º, nos seus números 1 e 2, do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira a título de acerto à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, no valor de 963,56 € (novecentos e sessenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), correspondentes a 52 m<sup>2</sup> de calçada executada.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 6 – Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela.**

**PROPOSTA N.º DASU\_DSU 01\_09-21:**

«O bem-estar animal é uma prioridade municipal, atendendo às competências que lhe estão cometidas, mas é também uma responsabilidade da sociedade em geral, cujo grau de consciencialização nos apraz ser cada vez maior, que não se focaliza apenas em aspetos de saúde pública mas, principalmente, que se traduz em condutas éticas e eficazes, nomeadamente na promoção de adoções responsáveis e na prevenção de situações de abandono.

O abandono de animais na via pública continua a ser uma questão recorrente que continua a ter proporções alarmantes e para a qual as entidades públicas e privadas têm bastante dificuldade em dar resposta, atendendo à dimensão do problema.

A Câmara Municipal de Palmela, em articulação com entidades oficiais, nomeadamente o SEPNA-GNR e o Ministério Público, tem efetuado o acompanhamento permanente com o objetivo de dar uma resposta ajustada às várias situações de abandono e maus-tratos a animais. O município tem investido em novas formas de minimizar o problema, como é o caso do trabalho de implantação de abrigos e a esterilização e devolução de felídeos à comunidade.

São também parceiros nesta missão as associações de defesa dos animais do Concelho, nomeadamente “O Cantinho da Milú”, a “Quintinha ABC”, a “Azafama ao Rubro” e a “PRAVI”, as quais apresentando diferentes dinâmicas de funcionamento, acolhem um elevado número de animais, assegurando nas suas instalações o alojamento, a alimentação e os cuidados médicos necessários para garantia do bem-estar animal.

Para que estas associações possam prosseguir a sua missão, é essencial o apoio de entidades públicas, para além do envolvimento de voluntários e algumas empresas que, regularmente, também prestam o seu precioso contributo.

Assim, tendo em conta que:

- Nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Palmela, tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde pública e ambiente;
- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social,

educativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde pública (cfr. alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL);

Considerando a necessidade de apoio financeiro para garantir o funcionamento básico das instalações e o apoio às atividades correntes das Associações (nomeadamente tratamentos médicos veterinários, medicamentos, campanhas de sensibilização, vacinação, colocação de identificadores e esterilização dos animais acolhidos) **propõe-se**, em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do artigo 33.º do RJAL a atribuição de apoio financeiro no valor global de 7.000,00 € (sete mil euros), a ser distribuído, tendo em conta o número de animais existentes em cada Associação, o conjunto das atividades que desenvolvem e principalmente a disponibilidade para colaborar com as autoridades locais e com a autarquia, sempre que solicitado o seu apoio, da seguinte forma:

- Associação "Cantinho da Milu" - € 3.739,90 (três mil, setecentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos);
- Associação "Quintinha abc" - € 2.413,30 (dois mil, quatrocentos e treze euros e trinta cêntimos);
- Associação "Azafama ao Rubro" - € 471,80 (quatrocentos e setenta e um euros e oitenta cêntimos)
- Associação "PRAVI" - € 375,00 (trezentos e setenta e cinco euros).

A despesa tem enquadramento nas Grandes Opções do Plano com a classificação: 2.4.6.03.007; 0303/040701; 2017 A 39.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL**

### **DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 7 – Representação institucional na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.**

#### **PROPOSTA N.º DECS\_DISS 01\_09-21:**

«Por adesão voluntária, devidamente caucionada pelos órgãos autárquicos competentes do município, ou decorrendo da estrutura política e administrativa do país, o Município de Palmela integra diversas entidades de direito público e privado, bem como organismos de gestão e/ou consultivos da administração central.

A fim de garantir uma participação e intervenção adequadas nas referidas entidades, torna-se necessário proceder à designação, nos termos da lei, de representantes da Câmara Municipal.

Face ao exposto, **propõe-se**, nos termos do disposto na alínea a), do nº 1, do artº 17º, da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, que veio alterar a Lei nº 147/99, de 1 de setembro, designar o Técnico Superior, Vítor Luís Oliveira Ferreira da Silva, quadro técnico em regime de mobilidade, cuja nota curricular faz parte integrante da presente proposta, para representar a Câmara Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, ratificando todos os atos praticados desde o dia 5 de abril de 2021.»

**Sobre a proposta Representação institucional na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, numerada DECS\_DISS 01\_09-21, intervêm:**

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** destaca a importância deste órgão e a necessidade de o colocar a funcionar, porque a identificação e acompanhamentos dos casos, por vezes, evita situações complicadíssimas no futuro em relação a muitos jovens, por isso, espera que este nomeado seja uma mais-valia para todos aqueles que dele fazem parte.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que quando é para criticar, deve-se criticar, mas quando é para elogiar, também se deve elogiar e, considera positivo trazer para a CPCJ de Palmela um técnico superior, nomeadamente da área da psicologia educacional, cujo currículo é extenso, sobretudo tendo em consideração os casos, não só em número, mas também mais complexos que surgem e, que infelizmente, tendencialmente continuarão a aparecer no território, por isso, espera e deseja que, certamente a CPCJ de Palmela possa dar uma resposta mais atempada e que se consigam ajudar os jovens e as famílias que precisam da intervenção desta entidade.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

**GABINETE DA JUVENTUDE**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 8 – Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela.**

**PROPOSTA N.º DCDJ\_GJv 01\_09-21:**

«O Voluntariado do Município de Palmela traduz a inequívoca preocupação com a afirmação de uma cidadania ativa, solidária e comprometida com o concelho, um dos princípios de Palmela Cidade Educadora, alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e que assenta nos princípios enquadramentos do voluntariado, da solidariedade, da participação, da cooperação, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

O voluntariado representa hoje um dos instrumentos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de atividade. A Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, procurando ir ao encontro das necessidades sentidas pelos voluntários e pelas diversas entidades que enquadram a sua ação. Esta legislação delimitou o conceito de voluntariado, definiu os princípios enquadramentos do trabalho voluntário, e contemplou um conjunto de medidas consubstanciadas em direitos e deveres dos voluntários e das organizações promotoras, no âmbito de um compromisso livremente assumido de dar cumprimento a um programa ou ação de voluntariado.

Neste contexto, atentos aos fundamentos expostos, e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado nas alíneas g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua readação atual, e não tendo decorrido da publicitação do início do procedimento, desencadeado através do Edital n.º 67/DAFRH-DAAG/2021 de 2 de fevereiro, em cumprimento do disposto no artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nos termos da deliberação tomada em reunião de Câmara de 27 de janeiro de 2021, a constituição de quaisquer interessados, **propõe-se**:

1. A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto de Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela, conforme anexo I à presente proposta, "Regulamento de Voluntariado do Município de Palmela", a submeter a consulta pública, nos termos do disposto do artigo 101.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação em vigor;
2. Submeter a proposta, após consulta pública, à Assembleia Municipal de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k), n.º 1, artigo 33.º, ambos do RJAL;

**Mais se propõe** que caso da consulta pública não resultem alterações ao presente projeto, se considere o mesmo aprovado pela Câmara e, assim, apto à submissão a deliberação pela Assembleia Municipal.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

### **DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo.**

**PROPOSTA N.º DCDJ\_DCD 01\_09-21:**

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos locais enquanto eventos identitários da comunidade local, apoiando técnica, logística e financeiramente no reconhecimento da importância destes eventos no panorama, cultural e socioeconómico local.

Considerando a importância local da realização das Festas Populares de Pinhal Novo num ano especialmente atípico, em que as associações são impedidas de desenvolver a sua atividade de forma regular, o que inviabiliza igualmente a possibilidade de autofinanciamento e a sua própria sustentabilidade, destaca-se o esforço de organização e resiliência que permitiu à Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Cultura e Desenvolvimento Local apresentar a proposta de realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo entre os dias, 3 e 13 de junho, em moldes diferentes dos habituais, estendendo o seu calendário de realização, reorganizando e reduzindo espaços.

A Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, tem ao longo dos anos apresentado um orçamento equilibrado, mantendo a mesma orientação no presente ano, prevendo a associação cerca de 50% de receitas próprias para a concretização deste importante acontecimento local, sendo a sua principal dificuldade em ano de diminuição de receitas o esforço para com os encargos das infraestruturas necessárias à realização deste evento.

Assim, **propõe-se** de acordo com a alínea u), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, de um apoio financeiro no valor de € 25.000,00 (vinte cinco mil euros), como participação municipal para a realização da 24.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo, contemplando a sua programação e infraestrutura elétrica de suporte.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização do Mercado Caramelo 2021.**

**PROPOSTA N.º DCDJ\_DCD 02\_09-21:**

«Com organização da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Confraria da Sopa Caramela, terá lugar em Pinhal Novo nos dias 8 e 9 de maio a edição de 2021 do “Mercado Caramelo”.

A recreação deste Mercado assume-se como um evento que pretende conjugar a animação e a história, envolvendo na sua organização instituições e Movimento Associativo da freguesia, contribuindo para a preservação e divulgação das tradições e identidades locais, tendo como principais objetivos a divulgação da Sopa Caramela, a dinamização do comércio tradicional e a promoção turística do Concelho de Palmela através da sua gastronomia e identidade.

Num ano especialmente atípico face aos constrangimentos da atividade do Movimento Associativo Popular decorrentes da pandemia COVID-19, ainda assim de forma resiliente, a Associação julgou necessário manter o evento, reinventando o seu desenho no cumprimento de todas as regras emanadas pela DGS – Direção Geral de Saúde.

Dada a importância deste evento para o Concelho de Palmela e em particular para a freguesia de Pinhal Novo, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição de um apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), como comparticipação municipal para a realização do Mercado Caramelo 2021.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

#### **PONTO 11 – Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo.**

##### **PROPOSTA N.º DCDJ\_DCD 03\_09-21:**

«A 29 de janeiro de 2020 a Câmara Municipal de Palmela aprovou um contrato-programa envolvendo a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Setúbal e Sesimbra, para a realização de 3 edições da “Clássica da Arrábida” e a prova “Ciclodesportiva da Arrábida – Granfondo da Arrábida”, a decorrerem nos anos de 2020, 2021 e 2022.

A situação de pandemia pela COVID-19 entretanto declarada, veio impedir a realização das provas em 2020.

As provas “Clássica da Arrábida” e Granfondo da Arrábida” realizadas em anos anteriores, haviam comprovado a sua grande importância para o ciclismo profissional, a primeira e para o ciclismo amador, a segunda, promovendo a região e as potencialidades que esta apresenta para a prática deste desporto.

Reconhecendo esse potencial, a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, propôs aos três municípios ajustar o contrato-programa estabelecido, no que se refere ao seu calendário de execução, mas mantendo os mesmos pressupostos e que se baseiam na realização de provas de ciclismo de estrada destinadas a profissionais ou a amadores, com partidas, passagens e chegadas alternadas entre os três concelhos que constituem a Região da Arrábida.

No corrente ano, e tendo em conta que ainda subsiste a situação pandémica pela COVID-19, a realização das provas não será simultânea, retomando nos anos seguintes a realização na mesma data.

Considerando que:

- a realização destes eventos visa afirmar a região como um destino privilegiado para a prática do ciclismo e do turismo em bicicleta, onde o desporto, a natureza e a cultura podem conviver em harmonia, atraindo não só o universo de ciclistas profissionais, nacionais e internacionais, mas também todos praticantes amadores, populares e turistas em bicicleta com interesse na modalidade e na região;
- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às Autarquias Locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento desportivo concelhio e a realização de iniciativas que projetem e dinamizem a atividade turística e por consequência a promoção e incentivo da economia local;
- desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a organização de eventos no âmbito do ciclismo nas suas diferentes disciplinas: ciclismo de estrada, BTT, BMX/BSX e Cicloturismo;
- a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, enquanto pessoa coletiva de fim associativo, que tem como objetivo, entre outros, a promoção, regulamentação e direção, a nível nacional, da prática do ciclismo em todas as suas especialidades e vertentes, tem sido parceira do município, na organização de inúmeros eventos desportivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto.

**Propõe-se**, ao abrigo do disposto das alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe

foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do aditamento ao Contrato-Programa entre o Município de Palmela a UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Setúbal e Sesimbra, em anexo, e que faz parte da presente proposta, o qual define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Ciclismo, concretamente no que diz respeito à organização das provas "Clássica da Arrábida" e "Ciclodesportiva da Arrábida - Granfondo da Arrábida".»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

### **GABINETE DE AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 12 – Contrato de Gestão de Eficiência Energética - Adjudicação.**

##### **PROPOSTA N.º DASU\_GAEE 01\_09-21:**

«Em reunião de Câmara Municipal do dia 09/12/2020 (Proposta n.º: DASU\_GAEE 01\_27-20), foi deliberado (i) aprovar a decisão de contratar para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no concelho de Palmela, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, e (ii) aprovar, em cumprimento do disposto no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a adoção do procedimento concursal próprio, aplicável à formação e execução de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre empresas do sector público, na qualidade de entidades adjudicantes e empresas de serviços energéticos, previsto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro e cuja tramitação procedimental se encontra regulada no mesmo diploma e subsidiariamente no CCP.

Verificada a necessidade de efetuar algumas retificações ao procedimento, bem como à constituição do júri, foi efetuada uma retificação à proposta inicial, a qual foi aprovada na sessão de câmara de 13/01/2021 (Proposta n.º: DASU\_GAEE 01\_21).

No âmbito do referido procedimento foram convidadas a apresentar proposta as seguintes entidades:

- Ferrovial Serviços, S.A.
- Virtual Power Solutions, S.A.
- Isete – Inovação, Soluções Económicas, S.A.

- Amener – Eficiência Energética, S.A. e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda
- CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.
- EDP Comercial – Comercialização de energia, S.A.
- Ecoinside – Soluções em Eficiência e Sustentabilidade, Lda.

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 23h59 do dia 15/02/2021.

Em resultado do convite formulado, através da plataforma eletrónica de contratação pública "Saphetygov" todos concorrentes convidados apresentaram proposta, à exceção da empresa Virtual Power Solutions, S.A. que não apresentou qualquer proposta, nem documentação a declarar não ser possível apresentar proposta.

Conforme relatório preliminar, após análise às propostas, quatro concorrentes viram as suas propostas admitidas.

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade "Melhor relação qualidade-preço", prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP, densificado pelos seguintes fatores:

- Valor líquido da Poupança Mínima Garantida (40%)
- Prazo Contratual (60%)

Para efeitos de cálculo da pontuação da proposta de cada concorrente, foi aplicada a metodologia de avaliação constante do Anexo I, de acordo com o disposto no Artigo 7.º do "Programa do Procedimento" aprovado nas peças do procedimento.

A avaliação das propostas tem como primeira referência o desempenho mínimo requerido para o contrato, nos termos da seguinte tabela:

| Item de Poupança                                                                                                     | Condições Mínimas Requeridas (parâmetro base) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Desempenho energético mínimo (em kWh, em relação à <i>baseline</i> de consumo)                                       | 60,00%                                        |
| Percentagem mínima de poupança garantida para a entidade adjudicante, a aplicar sobre as economias contratualizadas. | 10%                                           |
| Prazo contratual                                                                                                     | 12 a 16 anos                                  |
| Duração fase de implementação                                                                                        | 6 meses (máximo)                              |
| Valor do kWh de contrato                                                                                             | 0,146€                                        |

Elaborado o relatório preliminar com a intenção de adjudicação, e submetido o mesmo a audiência prévia dos interessados, não foram apresentadas quaisquer pronúncias.

Todos os dados fornecidos pelos concorrentes nas respetivas propostas, metodologia de avaliação, e o quadro de avaliação final, encontram-se no Relatório Final em anexo à presente proposta.

Desta avaliação, resulta a seguinte classificação final:

| Classificação | Firma     | Pontuação |
|---------------|-----------|-----------|
| 1º            | AMENER    | 0,47      |
| 2º            | CME       | 0,40      |
| 3º            | ECOINSIDE | 0,13      |
| 4º            | ISETE     | 0,12      |

Face ao exposto, cumprida a tramitação preceituada no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, **propõe-se** a aprovação do relatório final e minuta de contrato em anexo à presente proposta, os quais fazem parte integrante da mesma, respetivamente, nos termos e para os efeitos dos artigos 98º e 124º do referido Código, e a consequente adjudicação do objeto desta consulta prévia para “Contrato de Eficiência Energética”, ao consórcio concorrente AMENER – Eficiência Energética, S.A. e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda.

O contrato terá uma duração de quinze (15) anos, até ao valor máximo contratual de 12.923.496,79 EUR (doze milhões, novecentos vinte três mil, quatrocentos noventa e seis euros e setenta nove cêntimos) acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, o que perfaz o valor total de 15.895.901,05 EUR (quinze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e um euros e cinco cêntimos).

**Mais se propõe** que seja autorizado o registo do compromisso do encargo financeiro na ação do plano 3.2.01.004, 2020 I40 a que corresponde a classificação orçamental 03.04/07.01.10.02.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

### **DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 13 – Cedência de árvores à Associação dos Lares Ferroviários em Pinhal Novo.**

#### **PROPOSTA N.º DASU\_DSU 02\_09-21:**

«Por solicitação da Associação dos Lares Ferroviários de Pinhal Novo, foi requerida a cedência de árvores para plantação num espaço com cerca de 5000 m², afeto ao novo lar, com a finalidade de dotar as suas instalações de zonas verdes, permitindo uma estada no exterior para os seus utentes mais agradável e capacitada de alguma sombra.

Atendendo que Câmara Municipal de Palmela detém um viveiro municipal de plantas, num espaço junto à ETAR da Salgueirinha, onde é efetuada a multiplicação e desenvolvimento de plantas lenhosas, nomeadamente árvores, arbustos e plantas vivazes, até que se tornem aptas para ser plantadas no espaço público.

Considerando que a gestão deste viveiro é realizada pela equipa dos espaços verdes de Pinhal Novo, a qual nas últimas semanas tem promovido a reorganização e otimização do espaço, plantando e desenvolvendo em local apropriado todas as espécies que estão adaptadas ao espaço público e relocando dentro do viveiro as espécies que não se conseguem utilizar neste momento.

Assim, atendendo ao pressupostos apresentados, verifica-se a possibilidade de cedência de algumas espécies arbóreas à entidade requerente, que não são passíveis de aplicação em espaço público, os quais apresentando neste momento uma altura de cerca de 1,80m, atingirão um grande porte em idade adulta, nomeadamente:

- . 6 exemplares de *Pinus pinea* (pinheiro manso);
- . 6 exemplares de *Fraxinus excelsior* (freixo);
- . 6 exemplares de *Grevillea robusta* (grevílea).

A cedência destas espécies arbóreas tem ainda em conta, que:

- As espécies de grande porte não reúnem as condições ideais para utilização em perímetro urbano, face ao grande porte e à natureza invasiva das suas raízes que podem provocar danos em propriedade pública e/ou privada (e.g. infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e muros, etc.), além de regra geral não merecerem aceitação por parte dos munícipes;
- Nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Palmela, tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde pública e ambiente;
- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social, educativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde pública (cfr. alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL).

Deste modo, **propõe-se** ao abrigo do sobredito regime jurídico a cedência dos exemplares arbóreos acima referidos à Associação dos Lares Ferroviários de Pinhal Novo, os quais representam um valor patrimonial de € 225,00 (duzentos e vinte cinco euros).»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Presidente** refere que antes de dar por terminada a reunião de Câmara, responde a duas questões que ficaram por responder, colocadas pelo Sr. Vereador José Calado:

- **Construtores da Urbanização Vale Flores, em Pinhal Novo, sem eletricidade** – O **Sr. Presidente** sobre a ligação de eletricidade aos prédios de Vale Flores, esclarece que da parte da autarquia está tudo feito, há muito tempo e, da parte do empreiteiro que terminou as obras de reabilitação das infraestruturas também, aliás, está desejoso da receção provisória e refere que ainda hoje, voltou a falar com a EDP sobre esta matéria, mas inexplicavelmente, a EDP tem de interromper a energia, são cortes programados, para fazer a ligação àqueles armários. Questionou o motivo do atraso e, a EDP prometeu dar uma resposta amanhã. Considera que é uma situação que, de facto, começa a agastar todos, porque estão ali investidos milhões de euros, quer dos construtores, como da autarquia, sobretudo na 2ª fase de reabilitação e não se entende a inércia da EDP que, por vezes, dá informações um pouco contraditórias face aos promotores.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que dos contactos que foram estabelecidos pelos construtores com a EDP, lhes referiram que a responsabilidade era da autarquia. Portanto, é uma situação preocupante para os construtores que já concluíram as suas obras.

O **Sr. Presidente** refere que não admite essa resposta da EDP e, por essa razão, falou ao mais alto nível com a EDP, porque, de facto sem energia elétrica, os sistemas de videovigilância não funcionam e, naturalmente que abre a possibilidade a um número superior de roubos e assaltos, mas é uma situação que está a ser acompanhada pelo município ao mais alto nível com a EDP.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca da uma hora e catorze minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*